**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:** a experiência do Escravo, nem Pensar no Maranhão.

O presente artigo pretende abordar as principais estratégias de comunicação e metodologias educacionais utilizadas pelo Programa *Escravo, nem Pensar* (*ENP!*) na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo. Programa de iniciativa da ONG Repórter Brasil, o *ENP!* é um híbrido de educação e comunicação e, desde 2004, realiza oficinas de formação em direitos humanos, com foco no tema do trabalho escravo e assuntos correlatos, organiza eventos e festivais com a mesma temática e financia projetos desenvolvidos por alunos, professores e comunidade que visam combater e prevenir o trabalho escravo. O Maranhão está entre os estados brasileiros com maiores índices de trabalho escravo, sendo o quinto no *ranking* nacional por número de trabalhadores libertados e o que mais exportou trabalhadores migrantes para serem explorados em outras localidades do país entre os anos de 2003 e 2014. Nesse sentido, a formação do *ENP!* mostrou-se importante estratégia de combate e prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão; são os desdobramentos desse processo de formação a educadores maranhenses, iniciado em setembro de 2015, que intentaremos elucidar no breve espaço desse artigo.

Palavras-chave: Estratégias de Comunicação. Programa *Escravo, nem Pensar*. Trabalho Escravo Contemporâneo.

**1 INTRODUÇÃO**

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil teve reconhecida sua existência em 1995, no Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. As denúncias, no entanto, são de muito antes; as primeiras delações datam do início de 1970 e são encabeçadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)[[1]](#footnote-1). Temos no país relevante rede de combate e prevenção ao trabalho escravo, composta por entidades governamentais, à exemplo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE); por entidades internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e por instituições do terceiro setor, à exemplo da ONG[[2]](#footnote-2) Repórter Brasil, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB) e da já aqui citada CPT. Nesse artigo, interessa-nos destacar, em parte, a atuação do terceiro setor.A ONG Repórter Brasil é uma organização de comunicação e projetos sociais, formada por jornalistas, cientistas sociais e educadores, com sede em São Paulo, e atuação, segundo matéria publicada pela própria ONG em seu portal de notícia, em quatro eixos – jornalismo social, projetos de educação e comunicação, combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustível; o CDVDH/CB, fundado em 1996, trabalha, de maneira geral, na erradicação às graves violações aos direitos humanos, está sediado no município maranhense de Açailândia e tem relevantes ações no combate ao Trabalho Escravo no Maranhão; e a CPT é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores. A CPT produz, regularmente, estatísticas sobre a dimensão do Trabalho Degradante[[3]](#footnote-3) no país e coordena, desde 1997, a Campanha Nacional de Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo.

No trabalho aqui em curso, pretendemos destacar a atuação do Programa *Escravo, nem Pensar!.* O *ENP!* é uma iniciativa da ONG Repórter Brasil, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Foi fundado em 2004, em resposta às demandas do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003, no governo do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva. No Segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, o *ENP!* foi incluído como meta.

O *ENP!* é um híbrido de Educação e Comunicação, trabalha na prevenção ao Trabalho Escravo e sua missão inclui reduzir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação. Atua em comunidades vulneráveis a violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas, formando professores e líderes comunitários para serem multiplicadores do conhecimento a tais violações. Até 2015, o programa já chegou a 150 municípios de 10 estados brasileiros[[4]](#footnote-4), beneficiando cerca de quinhentas mil pessoas. O programa possui uma metodologia própria, orientada por princípios que alicerçam todas as suas ações, realizando formações e oficinas, projetos comunitários, festivais e concursos. Buscando promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo, as formações e oficinas oferecidas são espaços de difusão do conhecimento acerca da problemática e de assuntos que lhes são correlatos, como a migração, a reforma agrária, o tráfico de pessoas. O Programa se especializou no desenvolvimento de materiais que abordam o tema do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, publicando almanaques, fascículos, livros, cartilhas, jogos. Algumas dessas publicações são relatos das experiências nas comunidades; são publicações disponibilizadas gratuitamente, em formato digital e impresso. A publicação digital está acessível no sítio do programa, criado desde 2011. Além das formações, o programa oferece, também, assessoria financeira e técnica para o desenvolvimento de projetos comunitários ou escolares que visem à prevenção às formas modernas de trabalho escravo; o apoio dá-se por meio de um fundo de participação e a escolha dos projetos contemplados dá-se por meio de edital. Os projetos são elaborados por educadores, líderes comunitários ou organizações da sociedade civil envolvidas com a pauta dos direitos humanos e organizam ações, tais como: pesquisas, eventos culturais, atividades escolares. O *ENP!* prepara, ainda, festivais e concursos nas esferas municipal e estadual, de maneira a divulgar o tema do trabalho escravo e a promover os projetos desenvolvidos pelas escolas ou comunidades.

No trabalho ora aqui exposto, intentamos flagrar as estratégias de comunicação do Programa quando de suas oficinas de formação. Para tanto, tomamos como base a observação participante[[5]](#footnote-5) que realizamos na oficina ocorrida em setembro de 2015 com educadores das Unidades Regionais de Educação do Maranhão (URE’s), na cidade de São Luís, momento em que tivemos a oportunidade de nos inserirmos no grupo de formandos, participar de suas atividades e acompanhar as situações concretas que envolviam o objeto investigado (PERUZZO, 2005). Essa formação, segundo entrevista realizada com a coordenadora do *ENP!*, Natália Suzuki, faz parte de um processo maior, firmado numa parceria com o Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), com vigência de 12 meses (junho de 2015 a junho de 2016). Natália explicou que a escolha de trabalhar com os gestores das URE’s ocorreu muito em face da necessidade de ganhar escala, em termo de extensão e alcance, uma vez que o Maranhão possui grande território e muitos são os municípios com focos de trabalho escravo. Como as URE’s são uma espécie de braço da Seduc, responsáveis, cada uma, pelos municípios adjacentes ao município sede da Unidade, a seleção das unidades regionais de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís mostrou-se estratégica por essas abrangerem grande parte dos locais com maiores índices de trabalho degradante. À priori, formar-se-iam um grupo de 40 educadores, sendo uma média de três representantes de cada URE mais os técnicos da Seduc, e a proposta seria que esses se tornassem multiplicadores dessa formação, cada grupo se responsabilizando pela sua região, levando a temática do trabalho escravo para todas as unidades de ensino.

**2 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

O pesquisador e professor de Relações Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Márcio Simeone Henriques, que realiza esforços de pesquisa na área da comunicação em projetos de mobilização social[[6]](#footnote-6), diz que “a comunicação dirigida deve ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais” e que “ela tem por finalidade transmitir ou conduzir informações.” (HENRIQUES et al., 2007, p. 19). Diz, ainda, que, “como estratégia de comunicação dirigida, a interação face a face retoma os contextos interativos de copresença, promovendo uma maior proximidade entre os indivíduos e possibilitando ações mais coesas.” (HENRIQUES et al., 2007, p. 19). O *ENP!*, ao adotar uma metodologia inspirada na pedagogia, lança mão de recursos de uma comunicação dirigida, na qual, o que mais importa – pelo menos, em um primeiro contato com o público que tem com o programa um vínculo mais corpo a corpo, o público das formações (educadores e líderes comunitários) – é difundir informações, é divulgar a causa e a problemática que mobiliza o programa, pois bastante óbvia a assertiva de que para se mobilizarem as pessoas necessitam, antes de tudo, saber que tal problema existe e conhecê-lo; “precisam [as pessoas], no mínimo, de informações para se mobilizar, mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança.” (BRAGA; MAFRA, 2000 apud HENRIQUES et al., 2007, p. 22). O *ENP!* tão pouco pretende apenas difundir informações, estatísticas ou conceitos acerca do trabalho escravo, sua metodologia anseia por tornar seus formandos, multiplicadores desse conhecimento, de forma a serem também eles, braços na luta pela erradicação das formas modernas de trabalho escravo. Aqui, percebe-se, mais uma vez, outra característica funcional da comunicação em projetos de mobilização social de que fala Henriques (2007), a chamada **promoção da coletivização** (*grifo nosso*), a qual é fomentada pelo sentimento de que não se está sozinho na luta pela mudança e “distingue-se da simples divulgação porque há um compromisso com os resultados – espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se, elas próprias, fontes de novas informações.” (HENRIQUES et al., 2007, p. 22).

No sítio do programa e em publicações disponibilizadas em formato digital e em versões impressas entregues nas formações, tem-se a preocupação em publicizar, em se fazer conhecer os princípios norteadores das ações e relações do programa. Também esses princípios muito se aproximam daqueles que devem ser próprios da comunicação em projetos de mobilização social: a valorização do conhecimento prévio, a autonomia dos indivíduos envolvidos, a criatividade e a participação, o dialogismo. A mobilização aqui referida pretende-se emancipatória, por isso mesmo norteada pelos princípios acima citados, pois objetiva constituir sujeitos capazes de interferir no mundo à sua volta e transformar a sua realidade.

Henriques (2007) diz que a comunicação adequada aos processos de mobilização social deve ser dialógica, libertadora e educativa. Ela é dialógica “na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores” (HENRIQUES et al., 2007, p. 25); “[é, ainda, dialógica] na medida em que defende uma causa de interesse mútuo, que deve ser compartilhada entre os sujeitos, comprometidos com um fim único, comum a todos.” (HENRIQUES et al., 2007, p. 27). O *ENP!* em suas formações, seus festivais e suas publicações realiza esforços de comunicação alicerçados por esses mesmos princípios de que fala Henriques. O programa compreende que os públicos que recebem as formações (professores e líderes comunitários), até mesmo por viverem em regiões onde há significante incidência de trabalho escravo, têm muito a contribuir e muito conhecem do trabalho escravo; o que pode acontecer é que estando tão próximos do problema, os sujeitos já o tenham naturalizado e a situação de trabalho degradante passe despercebida. Nesse sentido é que o *ENP!* procura trabalhar a partir do que é conhecimento do público, de maneira a estimular a percepção e o despertar para coisas que estiveram sempre à sua volta; procura formar multiplicadores de uma causa, de uma luta, portanto, sujeitos mobilizados e mobilizadores, que, sensibilizados pela situação de violação de direitos desenvolvam, com autonomia, saídas condizentes com o seu contexto. Aqui, mais uma vez, percebe-se aproximações com o que diz Henriques (2007) quando aponta que a comunicação em projetos de mobilização social tende a ser libertadora e pedagógica; libertadora porque os sujeitos não procuram manipular um ao outro, mas problematizam juntos determinada realidade para explicá-la e/ou transformá-la; e pedagógica porque orienta os sujeitos em seu próprio espaço de interação, gerando referência para a mudança de atitudes e de mentalidades.

A comunicação em projetos de mobilização social tem, ainda, a função de criar fatores que promovam a identificação dos sujeitos com o projeto mobilizador, suas causas e valores.

Num primeiro plano, a causa deve referir-se aos valores plenamente aceitos e considerados como bons e positivos, sendo a comunicação estrategicamente estabelecida através de associações simbólicas fortes, no discurso e nas imagens que projeta; num segundo plano, o próprio projeto, como sendo a causa institucionalizada, apresenta-se através da projeção de diversas imagens; as estratégias comunicativas buscam explorar o nome, a logomarca e outros elementos visuais, gráficos, sonoros (hinos), orais/escritos (palavras de ordem, *slogans*), que expressem as associações evocadas pela causa e pelas circunstâncias de articulação do projeto. (HENRIQUES; PINHO NETO, 2001)

Os fatores de identificação não constituem apenas elementos materiais, mas estão também presentes na postura dos indivíduos participantes do projeto, no modo como o movimento conduz suas ações e relações. Para Braga, Silva e Mafra (2007), os fatores de identificação em projetos de mobilização social são todos e quaisquer recursos que compõem o referencial simbólico da causa de um movimento, capazes de promover sentimentos de reconhecimento, pertencimento e corresponsabilidade. Os autores, ainda, classificam os fatores de identificação em três categorias: os fatores de publicização ou coletivização, responsáveis por tornar público o projeto de mobilização, constituídos, basicamente, pelos elementos criadores da identidade visual do projeto, a exemplo do *slogan*, da marca, da bandeira, etc; os fatores litúrgicos, produzidos no sentido de conferir reconhecimento ao ritual, que congregam e reúnem as pessoas, como por exemplo, as reuniões, as ações coletivas, os congressos, as passeatas etc; e os fatores de informação qualificada, presente aqui todo tipo de informação do movimento, desde os conhecimentos mais básicos sobre o projeto até informações de caráter mais pedagógico e técnico, que podem ser transmitidas através dos jornais, das cartilhas, dos relatórios, dos livros, dos treinamentos etc.

**3 A EXPERIÊNCIA DO *ENP!* NO MARANHÃO**

O *ENP!* já esteve por diversas vezes no Maranhão[[7]](#footnote-7), realizando oficinas, concursos de poesia, festivais e formações. Nos dias 22, 23, 24 e 25 de setembro de 2015, o programa esteve realizando sua primeira formação em nível estadual para um grupo de educadores da rede de ensino do estado. Numa parceria firmada com a Seduc em maio de 2015, o projeto de formação constou de três encontros presenciais, intercalados dos acompanhamentos por parte da equipe do *ENP!* do Plano de Ação desenvolvido pelas URE’s ainda no primeiro encontro. Mediante o cronograma de atividades, os próximos encontros seriam em março e junho de 2016, quando ocorreria a sistematização e a avaliação das ações desenvolvidas pelas respectivas Unidades Regionais. A formação foi oferecida para um grupo de cerca de 40 pessoas, incluindo gestores das nove URE’s citadas anteriormente e técnicos da Seduc; foram quatro dias, nos quais, foram apresentados e discutidos de maneira bastante didática temas como a migração, o ciclo do trabalho escravo; foram mostradas ainda, experiências educativas de prevenção ao trabalho escravo que já estão dando certo e sendo aplicadas em escolas de municípios maranhenses e as atividades dos grupos que compõem a rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão, como os CDVDH’s de Açailândia e de Santa Luzia e a CPT de Balsas. Ao final da formação, os gestores das URE’s elaboraram um plano de ação a ser desenvolvido junto à equipe pedagógica e, posteriormente, junto aos educadores das escolas, visando fomentar o debate sobre as formas modernas do trabalho escravo em sala de aula.

Nessa formação, pudemos ter contato direto com a metodologia do *ENP!* e os materiais por ele utilizados na facilitação da abordagem do tema do trabalho escravo e pudemos observar as formas como são representadas a problemática em questão pela equipe do programa. Percebemos que a interação face a face é uma das principais estratégias de comunicação do programa, que consta da abordagem do tema do trabalho escravo de maneira processual, de modo que nem mesmo se fala em trabalho escravo num primeiro momento e de imediato, mas se vai construindo a ideia ou as ideias sobre o assunto à medida que vão sendo apresentadas as configurações que compõem o quadro complexo da temática do trabalho escravo. À exemplo dessa construção processual e como forma de sintetizar toda a complexidade do tema, um dos materiais utilizados na oficina de formação e apontado por Natália Suzuki – e também pelos próprios participantes em resposta aos questionários de nossa pesquisa – como sendo um dos mais e melhor aproveitados nas oficinas de multiplicação trata-se da dinâmica do ciclo do trabalho escravo. O ciclo do trabalho escravo, com o nome já bem explica, narra todo o processo do trabalho escravo desde a condição de vulnerabilidade socioeconômica – que, mesmo entrando no ciclo, não diz respeito a uma ação, mas a uma circunstância ou estado que explica o porquê dos trabalhadores se sujeitarem ao trabalho análogo ao escravo – até o recebimento das multas rescisórias e do seguro desemprego, passando pelas etapas da migração, do trabalho, da fuga, da denúncia aos órgãos de fiscalização e do resgate. Nas formações, o ciclo é também montado de maneira processual, à medida que esse ou aquele determinado assunto vai sendo falado, acrescenta-se no ciclo a imagem ou figura que corresponde ao mesmo. Por isso mesmo que as oficinas e/ou formações tratam, não tão somente, do trabalho escravo, mas também de assuntos que lhes são correlatos e que, de certa forma, o explicam e são necessários para que se compreenda porque ele existe e porque deve ser erradicado. A figura abaixo mostra o ciclo do trabalho escravo já montado. Como se pode ver, é bastante ilustrativo e imagético, e acaba por sintetizar em imagens toda a complexidade do tema.

**Figura 1 – Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo**



Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

São ainda utilizados vídeos, músicas, fascículos, livros impressos e digital (do tipo interativo).

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entre progressos e regressões, a sociedade civil organizada que há muito luta pela erradicação do trabalho análogo à escravidão, assiste hoje à ameaça de ver o esvaziamento do conceito de trabalho escravo, mediante proposta de mudança no texto do Artigo 149 do Código Penal (que trata da definição de trabalho escravo) com a retirada dos elementos condições degradantes e jornada exaustiva. Contudo, segue-se pressionando o Poder Público para que a luta pela erradicação do trabalho escravo torne-se uma Política de Estado.

À exemplo dessa luta e de seus lutadores, vimos o trabalho do Escravo, nem Pensar que tem buscado em suas ações cumprir a missão de propagar o conhecimento acerca da problemática do trabalho escravo, em especial nas regiões de grande incidência desse crime. Trazendo para a discussão sobre as estratégias de comunicação as ideias de Márcio Simeone Henriques (2007), procuramos destacar sua concepção de que “a comunicação adequada à mobilização social é, antes de tudo, dialógica, libertadora e educativa”, isto é, uma comunicação que não se pretende manipuladora e busca a promoção do indivíduo; que compreende os sujeitos do fazer comunicativo não como emissor e receptor, mas como interlocutores, sujeitos dinâmicos que problematizam o mundo ao seu redor e que buscam juntos promover mudanças em uma dada realidade; uma comunicação que assume não apenas um caráter informativo, mas também pedagógico. Buscando articular tais ideias às atividades do *ENP!* dedisseminação do conhecimento à problemática do trabalho escravo, destacamos suas ações no Maranhão no combate a esse crime.

**REFERÊNCIAS**

CUTRIM, Liliane Pinto. **Estratégias de Comunicação da ONG Repórter Brasil no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo:** análise da produção de conteúdos jornalísticos do portal de notícias sobre o Maranhão. 2014. 107f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

HENRIQUES, Márcio Simeone; PINHO NETO, Júlio A.S. **Comunicação e movimentos de mobilização social:** estratégias de atuação das organizações do terceiro setor na área da comunicação, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149638061228392105244056327538046682914.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2015.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, Flávia de Almeida. Representações e sentidos acerca do trabalho escravo contemporâneo: um estudo sobre a campanha De olho aberto para não virar escravo e o lugar do sujeito (trabalhador escravo) na mídia. **Em Questão Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26853/31055>>. Acesso em: 01 maio. 2015.

\_\_\_\_\_. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**.Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul,2015. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Antonio Paiva. **Análise das Estratégias de Comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. 2014. 73f. Monografia (Graduação em Comunicação Social Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF – Brasil, 1996. Disponível em:<<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_7104_em_23_05_2009_18_09_14.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

**Links consultados:**

www.escravonempensar.org.br

II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/coetraes/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Estadual-MA.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/novoplanonacional.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em: 16 out. 2015.

http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/. Acesso em: 16 out. 2015.

Metodologia Escravo, nem Pensar!. Disponível em: <[www.escravonempensar.org.br/.../uploads/2013/03/1.-**metodologia**.pdf](http://www.escravonempensar.org.br/.../uploads/2013/03/1.-metodologia.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

1. Órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores. [↑](#footnote-ref-1)
2. Organização Não Governamental [↑](#footnote-ref-2)
3. Utilizamos de maneira indiscriminada os termos Trabalho Escravo Contemporâneo, Trabalho Degradante, Trabalho Escravo (em outros momentos, poderemos ainda utilizar expressões como trabalho análogo à escravidão), mas em todos eles fazemos referência à definição contida no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro: Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; em alguns casos, fazendo uso, ainda, de vigilância armada. Não nos interessa, no presente trabalho, analisar as diferentes terminologias; fazemos o uso indiscriminado mais por questões de coesão, para evitar repetições de vocábulos e expressões no texto. [↑](#footnote-ref-3)
4. Essa informação foi retirada do Caderno do Educador da formação de educadores da rede de ensino do Maranhão, setembro de 2015. E em consulta ao site do *ENP!* (www.escravonempensar.org.br) no dia 18 de outubro de 2015, verificamos serem os seguintes estados contemplados com as ações do programa: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins. [↑](#footnote-ref-4)
5. Metodologia de pesquisa na qual o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando, com maior ou menor intensidade, das atividades por ele desenvolvidas. (Peruzzo, 2005) [↑](#footnote-ref-5)
6. Entendemos aqui por mobilização social a convocação de vontades, discursos e ações em torno de um propósito comum, de sentido público, que está orientado para a construção de um projeto futuro (Toro e Werneck, 1996); ou, ainda, nas palavras de Henriques, “[...] a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público” (HENRIQUES, 2005, p. 8). [↑](#footnote-ref-6)
7. Segundo informações constantes no link www.escravonempensar.org.br/municipios-participantes/, participam do *ENP!* os municípios maranhenses de Açailândia, Balsas, Bom Jesus das Selvas, Codó, Dom Pedro, Feira Nova do Maranhão, Maracaçumé, Paraibano, Pastos Bons, Pindaré-Mirim, Riachão, Santa Luzia e São Luís. [↑](#footnote-ref-7)